



## **INDÍGENAS E NEGROS NO SÉCULO XIX: DO APAGAMENTO HISTÓRICO AO PROTAGONISMO NAS MANCHETES DE JORNAIS E SUA APLICABILIDADE NO ENSINO DE HISTÓRIA**

DOI: 10.56579/eduinterpe.v1i3.2297

**Higo Lucas Gomes Braga<sup>1</sup>; José Austro Soares da Silva Júnior<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Graduado em Licenciatura em História pela Universidade de Pernambuco (UPE – *Campus* Garanhuns). E-mail: higob2001@gmail.com

<sup>2</sup> Graduado em Licenciatura em História pela Universidade de Pernambuco (UPE – *Campus* Garanhuns). E-mail: austrosoares@gmail.com

**RESUMO:** A presença afro-indígena na história do Brasil tem sido marcada por apagamento e marginalização, reforçados por narrativas eurocêntricas e processos de expropriação. No século XIX, os periódicos contribuíram para essa dinâmica, ora invisibilizando, ora criminalizando esses grupos. O presente trabalho investiga como indígenas e negros foram retratados nas manchetes do *Diário de Pernambuco* oitocentista e discute a aplicabilidade dessas fontes no ensino de História. Com isso, o estudo busca apresentar uma proposta de aula que utilize manchetes jornalísticas como uma ferramenta didática para o ensino de História do Brasil Imperial para alunos do ensino fundamental - anos finais. A pesquisa adota uma metodologia qualitativa, baseada na análise documental, em diálogo com a Educação Histórica. Conclui-se que o uso dessas fontes contribui para problematizar narrativas excludentes, promovendo uma consciência histórica crítica, fortalecendo o ensino de História e alinhando-se às diretrizes da Lei 11.645/2008.

**Palavras-chave:** Lei 11.645/2008; Ensino de História; Fontes históricas; Afro-indígena.

### **INTRODUÇÃO**

Este ano marca o décimo sétimo aniversário da promulgação da Lei 11.645/08, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura indígena e afro-brasileira, com o propósito de valorizar e promover a diversidade cultural do país, reconhecendo a relevância dos povos indígenas e afrodescendentes na construção histórica e cultural do país (Brasil, 2008). Fruto de intensas lutas e reivindicações dos movimentos indígenas e negros, essa conquista no campo das políticas educacionais evidencia a necessidade urgente de enfrentar e superar visões eurocêntricas, colonialistas e racistas, as quais historicamente silenciaram e marginalizaram os saberes, as identidades e os legados dos povos indígenas, africanos e afro-brasileiros na história nacional.

As historiadoras Kátia Oliveira e Susane Oliveira (2024, p. 67), explicam que

A conquista da Lei 11.645/08 não foi tarefa fácil e veio como resultado de um longo processo histórico de lutas, propostas, diálogos e reivindicações dos povos indígenas sobre a educação e os currículos escolares. Somando-se às lutas do movimento negro, as reivindicações dos indígenas ganharam ainda mais força com os caminhos abertos pela Lei 10.639/03.

Todavia, apesar dos avanços legais promovidos pela referida lei, sua efetiva implementação ainda enfrenta uma série de desafios estruturais e ideológicos. A carência de materiais didáticos que contemplem narrativas não eurocêntricas, aliada à resistência de determinados setores da sociedade,



dificulta a aplicação plena da legislação. Em um país onde 56,7% da população se autodeclara negra (IBGE, 2024) e onde mais de 1.693.535 pessoas indígenas integram a nação (IBGE, 2023), a ausência da historicidade dessas populações nos currículos escolares representa uma grave lacuna educacional. Esse apagamento sistemático não resulta de um mero descuido, mas de uma estrutura hierárquica de poder que historicamente subalternizou esses grupos, reforçando a marginalização de suas contribuições e perpetuando uma narrativa nacional excludente.

No século XIX, os povos indígenas enfrentavam uma profunda invisibilidade sociocultural, sendo sua presença e atuação relegadas a papéis ínfimos na construção do Estado Nacional. No entanto, suas formas de resistência sempre estiveram presentes. Edson Silva (2006) explica que essas populações arquitetaram diferentes estratégias para assegurar seus direitos, preservar suas culturas e defender seus territórios. Por outro lado, as populações negras foram amplamente documentadas, uma vez que o período oitocentista foi marcado por uma estrutura econômica baseada na escravidão. No entanto, a experiência negra nesse contexto não deve ser analisada exclusivamente pela ótica da opressão. Pelo contrário, sempre houve resistência e protagonismo em face do sistema escravocrata. Clóvis Moura (1981) destaca que, onde se instalava o regime de escravidão, ali também se manifestava, de maneira intensa, a resistência dos escravizados.

As dinâmicas de resistência e os dispositivos de enfrentamento às estruturas sociopolíticas dos centros administrativos oitocentistas encontram lastro em fontes documentais, com especial ênfase nas manchetes dos periódicos do Brasil Império. Nessas materialidades discursivas, observa-se a recorrência de enunciados de cunho pejorativos, os quais atestam a presença significativa dessas comunidades, como também é notório os instrumentos de construção e reprodução de regimes de marginalização, subalternização e controle social no contexto imperial.

Considerando a Lei 11.645/08 e a necessidade de produzir novas narrativas didáticas e historiográficas que respeitem a diversidade étnico-racial, o presente trabalho apresenta uma proposta de aula voltada para o ensino da História do Brasil no 8º ano do Ensino Fundamental, utilizando jornais do século XIX como fonte histórica. O objetivo é analisar as representações das populações negras e indígenas nos noticiários da época, compreendendo como esses discursos foram construídos e reforçaram estigmas sociais. Por meio da leitura e interpretação crítica dessas fontes, busca-se evidenciar o caráter ideológico presente nas notícias e sua função na legitimação de estruturas de exclusão e marginalização. Dessa forma, pretende-se mediar a aula a partir da análise desses anúncios, estimulando a reflexão sobre a construção ideológica da sociedade brasileira do século XIX.



O trabalho, portanto, apresenta um plano de aula detalhado, descrevendo o passo a passo da atividade e sugerindo estratégias para que os estudantes compreendam o papel da imprensa como reflexo das visões elitistas da época. Além disso, demonstramos uma análise historiográfica permitindo identificar os mecanismos de apagamento e desqualificação das populações negra e indígena, impostos pelas políticas hegemônicas. Assim, reforça-se a importância de um ensino crítico e reflexivo na formação da consciência histórica dos estudantes, capacitando-os a questionar narrativas consolidadas e a reconhecer a pluralidade de perspectivas na construção da história.

## **NARRATIVAS IMPRESSAS: O JORNAL E A ESTRUTURA ESCRAVISTA NO OITOCENTOS**

Durante o século XIX o Brasil que desfrutava os seus primeiros anos de independência política do jugo da coroa portuguesa, tentava sobretudo se firmar como um Estado que tencionava a todo custo se unificar diante das divergências políticas e principalmente de uma sociedade multifacetada que a priori foi construída a partir da fusão de povos que pertenciam a culturas e sociedades distintas. Aspecto que propiciou o surgimento de choques culturais diametrais que foram cadenciadamente se adaptando e homogeneizando perante as necessidades da sociedade imperial.

Com isso, um dos veículos que de maneira aparente demonstrou esse tipo de configuração social no decorrer desse período foi a imprensa, exemplificada pela figura dos jornais oitocentistas. Esse meio de comunicação que sem sombra de dúvidas, foi o principal artifício de divulgação de informações que abrangiam tanto assuntos relacionados ao cenário político e econômico de cada localidade no qual circulava, bem como discorria sobre fatos e anseios que aconteciam no seio das classes mais abastadas.

Em vista disso, as notícias e anúncios que semanalmente ocupavam as manchetes do *Diário de Pernambuco*<sup>1</sup>, narrava os acontecimentos que mais notórios e que de alguma maneira impactavam as dinâmicas que regiam a população pernambucana da época. Em consonância com Gilberto Freyre (2012) os jornais são um importante recurso de investigação e de pesquisa sobre os eventos que se desencadearam no transcorrer do século XIX, além de apresentar narrativas que desvelavam sobre as querelas políticas que ocorriam de modo intenso nesse período de transformação e de busca de uma identidade particularmente nacional.

---

<sup>1</sup> Fundado na cidade do Recife por Antonio José de Miranda Falcão que inicialmente cuidou da administração do referido jornal nos seus primeiros anos de circulação que data do ano de 1825.



Para mais, vale lembrar que o século XIX foi marcado pela intensificação do sistema escravista em que havia uma forte comercialização nos portos da província de Pernambuco de escravizados advindos de várias partes do continente africano, quanto a isso, o *Diário de Pernambuco* não ficou alheio a essa situação, recorrentemente refletindo em suas manchetes a estrutura e as funcionalidades atribuídas a escravidão, sobretudo as fugas orquestradas pelos escravizados que objetivavam escapar das seções de violência praticadas pelos seus senhores.

Além do mais, apesar de todas as províncias do Brasil participar do tráfico de escravos e consequentemente atuando na compra e na venda dessa mão-de-obra, Pernambuco se destacava nesse empreendimento que significativamente gerava lucros econômicos consideráveis, circunstância que é revelada através do *Diário de Pernambuco* que frequentemente relatava as fugas dos escravizados que resistiam a escravidão e que almejavam obter a sua liberdade. A exemplo disso,

Na noite do dia 25 para 26 do corrente auzentaraõ-se 2 escravos novos de tanga, com a cabeça rapada, de Nação Congo, sendo huma negra moça de peitos em pe, refeita de corpo, bonita figura, dentes de cima na frente abertos para os lados, com gaforina; e hum negro alto, de meia idade, os dentes poucos abertos, e levou huma rede, ambos tem a marca M no Braço esquerdo [...] (Diário de Pernambuco, 1830).

Os dois homens, foragidos, que foram anunciados são descritos com minúcias de detalhes físicos, incluindo as marcas que ambos carregavam gravadas em seu corpo que poderiam ter sido adquiridas por meio das práticas culturais pertencentes a cada nação africana ou pela ação dos senhores de escravos que marcava-os a ferro em brasa. Estrategicamente, esse procedimento realizado era normalmente utilizado para facilitar a captura dos foragidos pelos seus senhores que ofereciam recompensas e benefícios para os felizardos que tivessem alguma informação que contribuísse para o retorno dos cativos desertores para o seu controle.

Ademais, a procura da liberdade tão sonhada pelos escravizados poderiam conter finalidades diferentes, muitas vezes, com o intuito de visitar parentes que por coincidência poderiam estar vivendo em liberdade, refugiados nos becos e vielas do Recife. Esse contato com os familiares visava reconstruir laços culturais que foram perdidos em função da brutalidade causada pelo regime escravista. Ademais, verificavam-se também evasões para o interior e, em alguns casos, para além dos limites da província (Carvalho, 2022). Dessa maneira, a escravizada Jacintha que acabara de entrar na adolescência escapou de seu senhorio, conseguindo a sua liberdade, mesmo estando ameaçada de ser a qualquer momento escamoteado.

No dia 16 de março proximo passado, desapareceu do poder do abaixo assinado a sua escrava Maria Jacintha, crioula, de 12 para 13 annos, côr preta, de estatura baixa, pouco



musculosa e desenvolvida, dentes muitos alvos, são e bonitos, bocca rasgada, que, ao falar ou rir, deixa ver todos os dentes, falla pausada e descansada; he muito viva e ardilosa; nenhuma cicatrizes tem, ou lesões visiveis, e somente sobre o peito esquerdo descobre-se lhe uma pequena nodoa negra que sobresahe á pelle. [...] Presume-se que não tenha sahido da cidade, e mesmo he provavel que tenha sido seduzida, e esteja occulta ahi para a estrada nova de Olinda, Cidade - Nova; e contornos; onde consta haver umas olarias, um pequeno quilombo, que deve merecer a attenção da policia (Diário de Pernambuco, 1847).

No que se refere a isso, João Francisco Duarte o reclamante do anúncio, além de expor as mais diversas qualidades da fugitiva, dentre eles, aspectos específicos que a distinguem das demais escravas que assim como Jacintha que obtiveram custosamente a liberdade e que de modo furtivo estavam dispersas nas ruas prestando pequenos serviços com o objetivo de garantir a sua sobrevivência. Estando em alguns casos alocadas em locais, os quilombos, que eram vistos como uma ameaça, sendo encarados como um reduto da resistência negra contra a escravidão (Reis, 1996).

Nesse sentido, cabe ressaltar, que os negros não eram os únicos que ocupavam o lugar de exclusão e de inferioridade na sociedade pernambucana, os povos indígenas foram também obrigados a desempenhar esse papel. Para mais, os indígenas não detinham a mesma visibilidade nos periódicos do *Diário de Pernambuco*, a partir do momento em que comparamos com os escravizados negros que quase que regularmente ganhavam destaque nas ultimas seções do jornal que anunciavam a mando dos seus donos os súbitos desaparecimentos em suas propriedades.

Sendo assim, percebe-se que embora houvesse um grande esforço das elites locais em apagar as heranças culturais e linguísticas dos negros que desaguavam na capital de Pernambuco, verifica-se que essa iniciativa foi mais efetiva e visível com os povos originários, na medida que identificamos um suposto desaparecimento desses sujeitos históricos nas narrativas do século XIX, discurso que também é alimentado pela historiografia da época. Essa eventualidade foi inclusive constatada no *Diário de Pernambuco* que ocasionalmente apresenta poucos relatos na maioria das vezes superficiais sobre essas populações que residiam às margens da cidade do Recife.

Em razão disso, essa situação foi em parte causada pelas medidas adotadas pelo império brasileiro que decidiu seguir as políticas assimilacionistas que foram criadas e empregadas na segunda metade do século XVIII com a finalidade de integrar os indígenas à sociedade colonial com base nos princípios da civilização, comércio e evangelização. Essas diligências, apenas foram substituídas em 1845 com a promulgação do Regimento das Missões. Mesmo assim, segundo a autora Maria Regina (2012, p. 22), diz que, “[...] predominava a proposta de incorporar os índios ao Império como cidadãos civilizados para servir ao novo Estado na condição de trabalhadores eficientes”. Posto isto, compreende-se que há a permanência da ideia de incorporação dos índios que está alicerçada no desejo do governo imperial de obter o controle definitivo desses povos.



Os discursos políticos fundamentados em raízes ideológicas de superioridade e de inferioridade, sendo usados também para afirmar que os diversos grupos étnicos haviam se extinguido por causa do processo de miscigenação, perdendo assim esses traços culturais que o caracterizam como tal. Contudo, essas falácias não foram o suficiente para desmembrar esses sujeitos da figura de povos originários do Brasil, apesar das dificuldades que foram vivenciadas por esses agentes, eles empenharam-se para manter parte de suas culturas ancestrais vivas de modo que se mantiveram, ainda que houvesse forças que se moviam contra as comunidades indígenas que resistiam às ações promovidas pelo império.

Embora os indígenas tenham sido sentenciados ao desaparecimento, verifica-se que essa circunstância não se confirma, dado que os artigos divulgados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e os relatórios enviados pelos representantes de cada província que versam sobre o quantitativo de pessoas que integravam essas comunidades e as animosidades e rivalidades que eram trocadas entre ambos os lados. Sendo assim, essas situações por vezes eram expressas nas manchetes dos jornais produzidos pelo *Diário de Pernambuco* na seção dedicada a assuntos estrangeiros, que publicava textos que pregava a instalação de uma cultura hegemônica apoiada na dizimação de todas as “raças primitivas” exceto a caucasiana, termo que se refere a uma classificação desatualizada que leva em conta fatores biológicos, definição que principalmente ganhou espaço na Europa e que se firmava na superioridade do homem branco. Diante disso, encontra-se discursos que alegam que,

O Arabe da Argélia he incapaz do menor progresso, não póde passar, sem uma trasição qualquer, do regimen pratriarchal para a civilisação talvez degeneraada do seculo 19. O seu nome está condenado a morrer, como o dos indígenas do continente americano, que pouco a pouco vão desaparecendo do solo e matas paternas (Diário de Pernambuco, 1851).

Além dos discursos ideológicos que pregavam a dizimação dos grupos que eram avessos ao eurocentrismo, sendo muitas vezes apontados como incivilizados e que por isso estavam predestinados ao desaparecimento não somente físico, mas também cultural e histórico. Essa conjuntura também é identificada no trecho extraído do referido jornal citado.

Como se explica dizer que Duarte d’Albuquerque não teve de desembainhar a espada em Pernambuco contra os indígenas já pacificados por seu irmão Jeronimo, quando os P. Jaboatão, Ayres do Casal e outros historiadores da Provincia dizem que Duarte d’Albuquerque commandou com seu Irmão Jorge a expedição do Rio S. Francisco e que foi n’epoca que o mesmo Jorge nomeado General das armas se cobriu de gloria na guerra dos indigenas então inteiramente sublevados (Diário de Pernambuco, 1840).

O conteúdo do fragmento refere-se à organização e ao povoamento da província de Pernambuco que foi administrada pelo português Duarte Coelho, cargo que mais tarde foi sucedido



por Jerônimo de Albuquerque que empreendeu várias guerras contra as nações indígenas que segundo a fonte submeteram-se passivamente ao seu comando. Contudo, as correntes historiográficas que surgiram no final do século XX, entraram em confronto com essas narrativas, apontado enfaticamente por meio das documentações do período que os povos indígenas atuavam efusivamente na defesa de suas comunidades e de seus territórios, desse jeito, atuando como protagonistas na história. Com isso, é interessante destacar que embora os jornais carreguem consigo esse caráter cultural e histórico, a exemplo disso, o *Diário de Pernambuco*, expõe os vícios, problemas e conflitos que imperavam na sociedade oitocentista.

## **DESVELANDO NARRATIVAS EM SALA DE AULA**

Ao propor uma didática emancipatória que evidencie as narrativas silenciadas da história nacional, como as dos povos negros e indígenas, o ensino de História assume um papel político fundamental no processo educativo. Essa abordagem propõe o resgate de vozes marginalizadas, configurando-se como uma prática de resistência, problematizando o silenciamento imposto pela narrativa colonial e escravista. Nesse sentido, torna-se essencial fomentar a formação da consciência histórica dos alunos a respeito da história do nosso país.

Segundo a professora Isabel Barca (2007, p. 116), “entende-se a consciência histórica como uma atitude de orientação de cada pessoa no seu tempo, sustentada reflectidamente pelo conhecimento da História”. Para que essa consciência se desenvolva, é necessário que o ensino de história vá além da simples memorização de fatos, estimulando a capacidade de análise crítica e a compreensão da historicidade das experiências humanas. Assim, todo conhecimento sobre o passado também reflete uma construção do presente, sendo elaborado por distintos sujeitos.

No campo dos currículos educacionais de História, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) enfatiza a importância do desenvolvimento da consciência histórica ao estabelecer que o ensino dessa disciplina deve estimular os alunos a problematizarem as narrativas históricas, questionando as versões hegemônicas e reconhecendo a pluralidade de perspectivas. Com isso,

[...] espera-se que o conhecimento histórico seja tratado como uma forma de pensar, entre várias; uma forma de indagar sobre as coisas do passado e do presente, de construir explicações, desvendar significados, compor e decompor interpretações, em movimento contínuo ao longo do tempo e do espaço. Enfim, trata-se de transformar a história em ferramenta a serviço de um discernimento maior sobre as experiências humanas e as sociedades em que se vive (Brasil, 2018, p. 402).



Além disso, busca-se evidenciar uma concepção dinâmica da História, fundamentada na construção narrativa coerente do passado e na interpretação crítica e criteriosa de uma diversidade de fontes, o que possibilita a compreensão da historicidade dos fatos e a superação de visões fragmentadas (Barca, 2007). Nesse sentido, a utilização de fontes históricas em sala de aula é um dos caminhos mais eficazes para o desenvolvimento da consciência histórica, pois possibilita aos alunos o contato direto com vestígios do passado, estimulando a interpretação e o debate sobre sua autenticidade e intencionalidade.

Conforme destaca Circe Bittencourt (2008), o uso de fontes históricas constitui um instrumento pedagógico essencial, pois propicia a aproximação dos discentes com situações concretas do passado, favorecendo a construção de um pensamento crítico em oposição a uma aprendizagem baseada na simples memorização de fatos. Ao interagir com documentos históricos, os estudantes são instigados a problematizar as informações, compreender as intencionalidades por trás dos discursos e relacionar tais conteúdos com os contextos históricos específicos.

Toda documentação é influenciada pelas perspectivas, contextos e intenções de seus autores. Carlos Bacellar (2005, p. 63) afirma que “documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou do órgão que escreveu”. Dessa forma, cada fonte é permeada por subjetividades, valores e ideologias que moldam sua produção. Isso implica que a leitura de um documento histórico não deve ser realizada de forma acrítica, assumindo-o como uma representação neutra e fiel da realidade. Pelo contrário, é fundamental desconstruir as intenções subjacentes ao seu conteúdo, analisando quem o produziu, para qual público, em qual contexto e com quais objetivos. Sob essa perspectiva, ao trabalharmos com fontes escritas (jornais) do século XIX, essas podem ser utilizadas como ferramentas pedagógicas para a compreensão das múltiplas relações raciais e de poder que estruturaram a sociedade brasileira, permitindo aos alunos problematizar as narrativas hegemônicas e reconhecer as dinâmicas de exclusão e resistência presentes na história nacional.

A educação deve ser um campo emancipatório e libertador, em consonância com as ideias freirianas, possibilitando que os sujeitos compreendam criticamente a realidade e se tornem agentes de transformação social. Ao olharmos para o passado oitocentista, percebemos como a sociedade foi moldada e estruturada em seus aspectos econômico, político e cultural com base na supremacia branca, em detrimento da escravização da população negra e do apagamento dos povos indígenas. As manchetes e os noticiários jornalísticos apresentados ao longo deste trabalho evidenciam essa conjuntura.



Sabendo desse aspecto que nos é mostrado pelas fontes históricas e problematizando seus conteúdos à luz das estruturas sociais da época, torna-se possível não apenas compreender os discursos hegemônicos, mas também identificar as formas de resistência empreendidas pelas populações marginalizadas. Essas manifestações de resistência, expressas de diversas maneiras, são de grande relevância para serem abordadas em sala de aula, pois contribuem para a formação de uma consciência histórica crítica e para a desconstrução de narrativas excludentes que ainda permeiam o imaginário social.

Esses documentos históricos evidenciam a forma como a imprensa legitimava a marginalização dessas populações, retratando-as de maneira estereotipada e inferiorizada, o que reforçava estruturas de poder desiguais. Corroborando com os aspectos estabelecidos pela Lei 11.645/2008, ao analisar essas fontes, os alunos podem desconstruir narrativas eurocêntricas e reconhecer o protagonismo negro e indígena na formação da sociedade brasileira, cumprindo o propósito da legislação de valorizar a diversidade e combater o racismo estrutural. A educadora Bárbara Carine (2023, p. 80), denota que são “práticas antirracistas aquelas voltadas para a denúncia do racismo no sentido maior de sua reversão/destruição”. Com isso, o exercício de pensamento crítico dos discursos propagados por essas fontes, insita aos estudantes a questionarem como narrativas discriminatórias do passado ainda reverberam na sociedade contemporânea, promovendo uma educação mais inclusiva e antirracista.

O estudo da História e das Culturas Indígenas e Afro-brasileiras representa um domínio do saber que fomenta análises críticas e discussões acerca do impacto da colonização na conformação da sociedade brasileira. Para tanto, torna-se fundamental romper com a colonialidade presente nas práticas pedagógicas, promovendo abordagens que valorizem perspectivas históricas marginalizadas. Neste trabalho, apresentamos uma proposta de aula voltada ao uso de fontes documentais, com ênfase em manchetes de jornais do século XIX que retratem figuras indígenas e negras. A partir dessa proposta, o professor utilizará tais documentos como ferramenta pedagógica para contextualizar a história do Brasil Imperial em turmas do 8º ano na disciplina de História.

Além disso, essa abordagem didática possibilita ao professor explorar diferentes estratégias de ensino, reconhecendo a necessidade de diversificação metodológica no ambiente escolar. A valorização de novas formas de ensinar História amplia as possibilidades de aprendizagem, permitindo que os estudantes construam uma visão mais crítica e contextualizada sobre o passado. Dessa maneira, o objetivo da proposta não se limita à transmissão de conteúdos, mas busca promover um ensino inclusivo, no qual múltiplas narrativas históricas sejam reconhecidas e discutidas. Dessa



forma, a iniciativa visa contribuir para a construção de um ensino de História que dialogue com a perspectiva desconstrutiva do colonialismo, favorecendo a formação de uma consciência histórica crítica e comprometida com a valorização das diversas matrizes culturais que compõem a identidade nacional.

## **PROPOSTA DE AULA**

**Tema:** As representações das populações negras e indígenas no *Diário de Pernambuco* no século XIX.

**Público-alvo:** 8º ano - Ensino Fundamental - Anos Finais.

**Carga horária:** 2 aulas de 60 minutos.

**Justificativa:** A história das populações negras e indígenas no Brasil foi marcada não apenas pela opressão, mas também pela resistência. Embora a historiografia tradicional tenha por muito tempo privilegiado narrativas eurocêntricas, compreendemos na contemporaneidade que essas populações não foram passivas diante da escravidão e da marginalização social. Pelo contrário, negros e indígenas protagonizaram lutas e estratégias de resistência que iam desde fugas e revoltas até a formação de redes de solidariedade e a manutenção de suas culturas. Alinhada as habilidades da BNCC, ao formular questionamentos sobre o legado da escravidão nas Américas EF08HI19 (Brasil, 2018), os estudantes poderão investigar como essas populações resistiram e como a historiografia construiu suas narrativas.

Ademais, a imprensa oitocentista, foi um dos principais veículos para disseminar estereótipos raciais que reforçavam a marginalização desses grupos. O *Diário de Pernambuco*, fundado em 1825, foi um dos periódicos mais influentes da época e reflete, em suas publicações, as contradições de uma sociedade escravocrata e imperial. Através da análise desse material, os estudantes poderão perceber como a imprensa contribuiu para a construção de narrativas racistas e, ao mesmo tempo, buscar evidências da agência e da resistência dessas populações. Essa reflexão dialoga diretamente com a habilidade EF08HI21 (Brasil, 2018), que propõe a análise das políticas oficiais em relação aos indígenas durante o Império, permitindo uma compreensão mais ampla sobre as ações institucionais e seus impactos na vida dessas populações.

Pernambuco foi um dos principais centros escravistas do Brasil, mas também um dos palcos mais importantes de resistência. A compreensão desses processos permite que os estudantes estabeleçam conexões entre passado e presente, desconstruindo estereótipos e valorizando o protagonismo negro e indígena na história local. Assim, ao analisar o passado, os estudantes serão



incentivados a refletir criticamente sobre o presente e os desafios para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

**Objetivo Geral:** Analisar as representações feitas pelo *Diário de Pernambuco* sobre as populações indígenas e negras, investigando suas relações com a resistência negro-indígena e o discurso colonial de subalternização. A proposta busca desconstruir a visão de passividade dessas populações, destacando seus protagonismos nas lutas contra a escravidão e a opressão, evidenciando o racismo estrutural que atravessa a história do Brasil.

**Objetivos específicos:**

1. Compreender como os jornais serviam de meio para a propagação de estereótipos e preconceitos.
2. Identificar as múltiplas formas de resistência arquitetadas por essas comunidades.
3. Relacionar as representações raciais do século XIX com a permanência de discursos racistas e excludentes no Brasil contemporâneo.
4. Desenvolver o senso crítico na análise de fontes primárias no ensino de História.

**Metodologia:** A proposta pedagógica delineada sugere a implementação de uma abordagem didática expositiva e participativa, fundamentada na leitura de textos e na realização de pesquisas orientadas, conduzidas individualmente ou em grupo. O objetivo primordial consiste em fomentar o diálogo entre os discentes, incentivando-os à construção do conhecimento de maneira crítica, valendo-se de múltiplos recursos, como textos e imagens. Tal estratégia metodológica visa estimular a participação ativa dos estudantes, promovendo a reflexão e a produção autônoma de saberes, ao mesmo tempo em que os sensibiliza para a diversidade de interpretações acerca da história política e cultural do Brasil e de seus agentes históricos. Para tanto, a metodologia da aula divide-se em duas partes.

A primeira parte refere-se a introdução teórica, abordando o papel da imprensa no século XIX e sua influência na construção das representações raciais. A construção ideológica promovida pela elite branca escravista da sociedade brasileira possibilitou o desenvolvimento de articulações que emergiram, apesar e a partir das ambiguidades e limitações impostas por identidades fundamentadas em atributos externos. Esses atributos, impostos pelo olhar dominador, possuíam uma forte marca fenotípica (visual) e resultaram em processos de aniquilamento que se estenderam ao genocídio e ao epistemicídio desses grupos. Nesse contexto, Sueli Carneiro (2015) define epistemicídio como os processos de negação da participação de povos e grupos afrodescendentes como sujeitos de conhecimento, operando através da ocultação, desvalorização ou negação de sua visão de mundo e dos saberes que a sustentam. A imprensa do século XIX se consolidou como um espaço propício para



a disseminação dessas ideologias, funcionando como um veículo midiático que refletia e reforçava as concepções sociais dominantes da época.

Compreendendo o funcionamento da sociedade da época e o papel da imprensa nesse contexto, o professor distribuirá manchetes e trechos do *Diário de Pernambuco* para iniciar a análise de fontes e documentos históricos. O objetivo é estimular a reflexão sobre a importância dessas fontes no aprendizado histórico. Nesse sentido, a utilização de fontes históricas, como os jornais da época, permite evidenciar as dinâmicas de poder e as estratégias discursivas que legitimavam a marginalização das populações negras e indígenas.

Nesse processo, cabe ao professor orientar a análise das fontes a partir de três etapas fundamentais: a descrição do documento, destacando suas características formais e seu conteúdo; a contextualização histórica, situando a produção da fonte no tempo e no espaço e relacionando-a com os debates políticos e sociais do período; e, por fim, a interpretação crítica, na qual as informações extraídas do documento são articuladas aos conhecimentos prévios dos estudantes, permitindo que desenvolvam autonomia intelectual na construção do saber histórico. Assim, busca-se não apenas despertar o interesse dos alunos pelo uso de fontes históricas, mas também capacitá-los a exercer uma leitura crítica e contextualizada dos registros do passado.

Na segunda etapa da aula, será realizada uma atividade de discussão em grupo, na qual os estudantes serão organizados em equipes de três a cinco integrantes. Cada grupo terá acesso a recortes de trechos do jornal para análise, com o objetivo de interpretar criticamente os discursos veiculados por essas fontes e identificar as estratégias narrativas utilizadas para representar as populações negras e indígenas. Durante essa análise, os alunos serão incentivados a questionar como esses discursos legitimavam o sistema escravista e quais mecanismos contribuíam para a manutenção da ordem social hierárquica da época. Além disso, deverão investigar as evidências de resistência presentes nos textos, refletindo sobre como negros e indígenas eram retratados e quais os principais estereótipos a eles associados. Outro ponto essencial da discussão é a ausência de vozes dessas populações na imprensa da época: por que os jornais frequentemente falavam sobre negros e indígenas, mas raramente permitiam que suas perspectivas fossem expressas? Há menção a revoltas, fugas ou outros atos de resistência? De que forma esses registros reforçavam a ideia de passividade ou subalternização desses grupos?



IMAGEM 1 – NOTICIÁRIOS SOBRE POPULAÇÕES NEGRAS NO JORNAL

Mui imprópriamente diz o Cruzeiro, que o quilombo liberal foi mais cruel, que o dos negros fugidos; porque os negros fugidos são escravos, sorte, que não cabe aos liberaes, pertencendo mui justamente aos columnas, que muito se honrão de ser captivos, e estão prontos a derramar a ultima gota do seu sangue para voltar a' escravidão: ha porem uma diferença não pequena entre os negros fugidos, e os columnas, e vem a ser, que aquelles fogem da companhia de seus senhores porque julgão, que assim serão livres, e estes dezentão do gremio brasileiro, desamparam a Constituição para se fazerem escravos; os primeiros ajuntão-se em quilombos para escaparem ao captiveiro; os segundos reúnem-se em libanços para engenhar meios de se tornarem captivos. Decidão os leitores qual he pior Jaia de escravos, se estes, ou aquelles.

**FUGIDAS DE ESCRAVOS.**  
19 A mais de hum anno que desapareceo hum escravo de nome Manoel, por anthonomazia o bicudo, com o officio de Selleiro, que trabalhava na Loja de Felix Rodriguez de Miranda na rua Nova, de Angola, porem como viesse pequeno, e esteja em idade avançada passa por crioulo; he de estatura ordinaria, e de cor fulla, japinta de branco, e toma tabaco. Quem o pegar, ou souber onde elle está, e o quizer denunciar, dirija-se a Bôtica, que foi do falecido Candido na rua do Queimado, que ali achará com quem tratar, e que bem saberá recompensar o seu trabalho.  
20 Igualmente acha-se fugido, a cinco annos pouco mais ou menos hum escravo de nome João com os signaes seguintes: de Nação Angola, estatura ordinaria, o olhar vesgo, sem barba, de feições groceiras, e com o officio de Camaroeiro. Quem o pegar, ou quizer denunciá-lo dirija-se a mesma Bôtica, para o mesmo fim acima dito.

-- Roga-se as autoridades policiaes, capitães de campo e mais pessoas, que apprehendam a preta Benedicta, de nação Camundongo, estatura regular, rosto comprido, falla apressada, corpo grosso, barriga grande, que se presume prenhe, com um caroço em um dos braços; a qual ausentou-se ha poucos dias, e se suppõe acoitada em algum quilombo de pretos da mesma nação, para as partes da freguezia da Varzea. Quem a levar na rua do Noqueira, n. 26, será recompensado.

Fonte: Diário de Pernambuco (1827; 1831; 1847).

IMAGEM 2 – NOTICIÁRIOS SOBRE POPULAÇÕES INDÍGENAS NO JORNAL

« Comparar o estado physico, intellectual e moral dos indigenas da quinta parte do mundo com o estado physico, intellectual e moral dos indigenas do Brasil, considerados uns e outros na época da respectiva descoberta, e deduzindo desta comparação quaes offereciam nessas mesmas épocas melhores probabilidades á empreza da civilização. »



(a) Não era preciso ser nimiamente sensível, para qualquer pessoa horrorisar-se a vista da ferocidade, com que o sanguinario, e brutal Cordeiro surrava os miseraveis-Indios de Cimbres com o injuriozo, e barbaro instrumento acima dito; e o que mais revoltava era vê-lo, depois que descarregava o golpe com toda a força, de que a natureza o prendou, gritar em árde mófa ao misero Indio, que se prostrava, ou cahia com a dor = Homem, isto he braço de Roldaõ! — A vista de tanta fereza para que havemos de admirar o que Pizarro praticou no Perú, a' mais de 300 annos?

„ Não me demorarei em indagar, se esta aggressão se originou por falta do governo, ou nasceu das machinações de hum espirito faccioso, e fanatico, que desafiando a authoridade na Capital, ousa desobedecer-lhe nas Fronteiras : — O que eu direi he que qualquer Paiz, que tiver a honra, e a fortuna de ser o Alliado da Gram Bretanha, tem direito á sua protecção, nem será attacado, ou por indigenas Renegados, ou por inimigos externos, de qualquer natureza que elles se-jaõ !! ( Depois de haver historicamen-

Fonte: Diário de Pernambuco (1830; 1827; 1850).

Ao promover esse contato direto com fontes históricas, a atividade permitirá que os estudantes percebam os vestígios deixados pelas sociedades do passado, os quais fornecem elementos para compreender como esses grupos viviam, pensavam e se relacionavam. Além disso, essa análise possibilita a reflexão sobre como tais discursos moldaram percepções e estigmas que, em muitos casos, ainda reverberam no presente, contribuindo para a perpetuação de legados negativos sobre essas populações. Dessa forma, ao questionar o papel da imprensa na construção dessas representações, os alunos poderão estabelecer conexões entre passado e presente, reconhecendo a importância de uma abordagem crítica e contextualizada da história.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas ao longo deste estudo evidenciam que a presença de indígenas e negros no século XIX foi fortemente marcada por um processo de apagamento histórico e marginalização, perpetuado pelas narrativas dos periódicos oitocentistas, como o *Diário de Pernambuco*. A forma como esses grupos foram retratados nas manchetes jornalísticas revela um viés excludente e criminalizador, bem como a instrumentalização da imprensa na construção de um imaginário social que legitimava hierarquias raciais e reforçava desigualdades estruturais.

Ao incorporar esses saberes críticos no ensino de História, esta proposta didática buscou evidenciar a pluralidade das resistências negras e indígenas, além de analisar os discursos midiáticos que refletem uma sociedade estruturada na ideologia da inferiorização desses grupos. Por meio da análise de fontes, a proposta possibilita uma abordagem interdisciplinar que estimula a produção consciente dos estudantes e os incentiva a questionar os sistemas sociais. Nesse sentido, a proposta



de aula apresentada pretende inspirar professores de História a explorar novos caminhos para a construção de um ensino mais inclusivo, oferecendo um ponto de partida que pode ser reproduzido ou adaptado conforme as necessidades e perspectivas de cada docente.

Por essa perspectiva, e considerando os desafios da implementação da Lei 11.645/08, torna-se emergente a construção de novas abordagens no ensino de História que auxiliem professores sem formação específica ou aprofundada em educação étnico-racial a desenvolver habilidades a partir de materiais que fomentem a reflexão crítica, a aplicação de propostas didáticas e a estruturação de práticas pedagógicas eficazes. Para com isso, contribuir para o fortalecimento da formação cidadã dos discentes e para a consolidação de um ensino historicamente comprometido com a valorização da diversidade, promovendo a construção de uma memória histórica mais abrangente, epistemologicamente legitimada e socialmente referenciada.

## **FONTES**

IBGE. **Censo Demográfico 2022: Indígenas**. 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

IBGE. **Pnad Contínua – Dados do 2º trimestre de 2024**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br>. Acesso em: 10 fev. 2025.

HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**, Recife, 06 mar. 1827. n. 50.

HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**, Recife, 28 mai. 1827. n. 113.

HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**, Recife, 18 fev. 1830. n. 318.

HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**, Recife, 03 mar. 1831. n. 49.

HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**, Recife, 02 out. 1840. n. 214.

HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**, Recife, 25 jul. 1847. n. 162.

HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**, Recife, 14 jan. 1850. n. 11.

HEMEROTECA DIGITAL. **Diário de Pernambuco**, Recife, 28 fev. 1851. n. 49.

## **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. **Revista História Hoje**, v. 1, n. 2, p. 21-39, dez. 2012.



BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

BARCA, Isabel. Marcos de consciência histórica de jovens portugueses. **Currículo sem fronteiras**, v. 7, n. 1, p. 115-126, 2007. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Isabel-Barca-2/publication/237359602\\_MARCOS\\_DE\\_CONSCIENCIA\\_HISTORICA\\_DE\\_JOVENS\\_PORTUGUESES/links/54f4e2b00cf2eed5d735a847/MARCOS-DE-CONSCIENCIA-HISTORICA-DE-JOVENS-PORTUGUESES.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Isabel-Barca-2/publication/237359602_MARCOS_DE_CONSCIENCIA_HISTORICA_DE_JOVENS_PORTUGUESES/links/54f4e2b00cf2eed5d735a847/MARCOS-DE-CONSCIENCIA-HISTORICA-DE-JOVENS-PORTUGUESES.pdf). Acesso em: 12 fev. 2025.

BITTENCOURT, Circe M. F. **Ensino de História: fundamentos e Métodos**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 12 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 11 mar. 2008.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2015. 277 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2025.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade: rotinas do escravismo no Recife (1822-1850)**. 2. ed. Recife: CEPE, 2022.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões na Senzala**. Quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. São Paulo: Global, 2012.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista** [livro eletrônico]. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023. ePUB. ISBN 978-85-422-2126-8.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 28, p. 14-39, 1996. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i28p14-39. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/28362>. Acesso em: 15 fev. 2025.

SILVA, Edson. Índios organizados, mobilizados e atuantes: história indígena em Pernambuco nos documentos do Arquivo Público. **Revista de Estudos e Pesquisas**, FUNAI, Brasília, v. 3, n. 1/2, p. 175-224, jul./dez. 2006.

SOARES OLIVEIRA, Kátia Luzia; RODRIGUES DE OLIVEIRA, Susane. Lei 11.645/08 e os movimentos indígenas: trajetórias de luta pela inclusão do ensino de História e Cultura indígena nos



currículos das escolas brasileiras. **Sul-Sul - Revista de Ciências Humanas e Sociais**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 51–74, 2024. DOI: 10.53282/sul-sul.v5i1.1017. Disponível em: <https://revistas.ufob.edu.br/index.php/revistasul-sul/article/view/1017>. Acesso em: 14 fev. 2025.